



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

02/06/2015

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	2
2.2. JUÍZES.....	3
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	4 - 5
3.2. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	6
4. JORNAL EXTRA	
4.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	7 - 8
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	9
5.2. CNJ.....	10 - 11
5.3. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	12
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. EVENTOS.....	13 - 15
6.2. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	16
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	17
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. CNJ.....	18
8.2. COMARCAS.....	19
8.3. DESEMBARGADOR.....	20
8.4. ESMAM.....	21
8.5. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	22
8.6. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	23
8.7. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	24

Advogados terão entrada exclusiva no Fórum de São Luís



Representantes da OAB/MA voltaram a se reunir nesta segunda-feira, 1, com a Corregedora Geral de Justiça do Maranhão, desembargadora Nelma Sarney, para tratar do Protocolo de Segurança do CNJ implantado pelo Tribunal de Justiça do Estado. Na ocasião, ficou assegurado à Seccional Maranhense uma entrada exclusiva para os

advogados no Fórum da Capital como forma de agilizar o acesso dos profissionais da advocacia. Nesta terça-feira (2) representantes da Ordem estarão no Fórum para acompanhar a operacionalização da proposta. O objetivo da entidade é garantir o acesso ao local de forma mais rápida e menos burocrática.

Paralelamente, ficou de-

finido que será feito um estudo de viabilidade técnica para que a identificação do advogado se dê por meio da leitura do código de barras de sua carteira funcional. A solução tecnológica para o uso do cartão foi objeto de discussão no encontro. Esta é a segunda rodada de reuniões entre a OAB/MA e a Corregedoria Geral de Justiça. A primeira aconteceu na última sexta-feira quando representantes da Seccional Maranhense discutiram a necessidade de uma solução para garantir o acesso ao Fórum de São Luís e de Imperatriz sem transtornos para os advogados.

Ainda durante o encontro, foram debatidos os números do "Justiça Aberta", um sistema do Conselho Nacional

de Justiça (CNJ) que permite, entre outras coisas, acesso a relatórios de produtividade das secretarias processuais. O assunto voltará a ser abordado em novo encontro entre a OAB/MA e a Corregedoria a fim de garantir uma melhor prestação jurisdicional no estado.

Na reunião desta segunda-feira participaram, além do presidente da OAB/MA, Mário Macieira, o diretor tesoureiro, Marco Lara, a conselheira federal pelo Maranhão, Valéria Lauande, o diretor do Fórum de São Luís, Osmar Gomes, o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Gervásio Protásio, juízes auxiliares da Corregedoria e o major Alexandre Magno de Souza.

Campanha de doação de sangue acontece amanhã

A Diretoria do Fórum Des. Sarney Costa realiza nesta quarta-feira, 03, a campanha de doação de sangue "Você é a gota que falta". A iniciativa é uma parceria com a Divisão Psicossocial do Tribunal de Justiça e Hemomar que disponibilizará uma unidade móvel para coleta, em frente ao fórum, no Calhau. O objetivo é conseguir doadores entre os servidores, magistrados e demais operadores de Direito, além de pessoas da comunidade que estiverem no fórum no dia da campanha.

A coleta de sangue, realizada por profissionais do Hemomar, será das 9h às 17h. O chefe da Divisão Médica e Odontológica do Fórum, Marcondes Tavares Filho, explica que a unidade móvel possui capacidade para atender quatro pessoas simultaneamente. A coleta dura cerca de 15 minutos; é feita com material estéril e descartável, sem risco de contrair doença. Antes da coleta, o doador passa por avaliação clínica e entrevista de forma individual e sigilosa.

O diretor do fórum, juiz Osmar Gomes dos Santos,

disse que a campanha integra o calendário de ações desenvolvidas pela diretoria do órgão ao longo do ano, a exemplo das campanhas periódicas de vacinação, palestras sobre medidas voltadas para a saúde do público interno e outras atividades. Em 2015 estão sendo realizadas também diversas atividades de integração, valorização do público interno e humanização do ambiente de trabalho.

INCENTIVO À DOAÇÃO – O projeto "Doar é Amar", desenvolvido pela Divisão Psicossocial do Tribunal de Justiça em articulação com a Diretoria do Fórum de São Luís, por meio da Divisão Médica e Odontológica, visa estimular a doação de sangue pelos magistrados e servidores do Poder Judiciário, contribuindo para a manutenção de estoque de sangue no Hemocentro do Maranhão. Atende também aos magistrados, servidores e seus dependentes, quando houver necessidade de transfusão de sangue. Todo o trabalho é realizado em parceria com o Hemomar.

Vereador retira assinatura da CPI, mas se diz favorável às investigações

O vereador Léo Cavalcante (PTB) resolveu retirar sua assinatura em apoio à criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar irregularidades na Saúde em Rosário. Em contato por telefone com a reportagem, o parlamentar petebista justificou sua decisão, afirmando que o colegiado não pode apurar as irregularidades com base apenas no relatório produzido pelos colegas, após uma inspeção ao Hospital SESP.

— Eu retirei minha assinatura porque fiquei surpreso com a decisão de criação da CPI. Embora tenha assinado o pedido, eu não fui comunicado sobre a decisão de criar ou não a comissão. Além disso, não podemos investigar a saúde de Rosário com base apenas no relatório de inspeção no Hospital SESP, até porque pelo que se comenta no município, a própria prefeita resolveu parte de alguns dos problemas constatados na visita — revelou.

Apesar de ter anunciado



a retirada da sua assinatura da proposta de instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), o vereador Léo Cavalcante afirmou ser favorável ao trabalho de investigação, mas ressalta que isso deve ser feito "dentro das novas denúncias que estão sendo publicadas na imprensa".

— O presidente da Câmara, Agenor Brandão, precisa se reunir com os vereadores para tratar sobre o assunto. Eu sou a favor das investigações na saúde, mas eu só não quero é fazer parte da

CPI. Se for para investigar a saúde, que se investigue dentro das novas denúncias que estão sendo publicadas nos blogs — afirmou.

IRLAHI JÁ FOI PROCESADA NA CÂMARA

Em 2013, na condição de presidente da Câmara, Léo Cavalcante publicou um decreto de outra CPI que afastou a prefeita Irlahi Linhares, por 90 dias, depois de a peemedebista ter contratado a empresa Moraes e Linhares Ltda, de propriedade do pai dela, para fornecer combustíveis e derivados para todas

as secretarias do Município. O contrato era de R\$ 919.450,00.

A prefeita retornou no dia seguinte, calçada em liminar judicial assinada pela juíza Rosângela Prazeres, da Comarca de Rosário.

Para a magistrada, a votação no Legislativo — que culminou com o afastamento da peemedebista por 90 dias — foi feita sem que se desse à prefeita o direito de defesa.

— A votação foi realizada sem que a requerente exercesse seu direito constitucional de defesa — despachou.

SEIS AINDA APOIAM A CPI - Dos dez vereadores que assinaram, quatro já havia declinado da proposta. Dois deles, inclusive, ajudaram a afastar a prefeita no final de junho de 2013. Mesmo com a retirada dos quatro parlamentares, a CPI da Saúde deve continuar sua missão, já que para sua instalação era necessária apenas a assinatura de cinco edis. Do total de dez, seis continuam apoiando as investigações no setor.

Campanha de doação de sangue

“Você é a gota que falta” é o mote da campanha de doação de sangue que a diretoria do Fórum Des. Sarney Costa realizará amanhã, em parceria com a Divisão Psicossocial do Tribunal de Justiça e Hemomar, que disponibilizará uma unidade

móvel para coleta em frente ao fórum, no Calhau. O objetivo é conseguir doadores entre os servidores, magistrados e demais operadores de Direito, além de pessoas da comunidade que estiverem naquele fórum no dia da campanha.

Bandido morre ao trocar tiros com a Polícia Militar em frente ao fórum

Fato ocorreu durante tentativa de assalto em uma parada de ônibus; o segundo bandido fugiu

No fim de tarde de ontem, dois bandidos tentaram assaltar uma mulher que se encontrava em uma parada de ônibus, em frente ao Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. A ação dos assaltantes foi abortada quando uma guarnição que faz a vigilância na área percebeu a atitude suspeita dos ladrões.

Um dos bandidos ainda conseguiu escapar, sendo que outro acabou baleado e morreu durante a troca de tiros com os policiais. Até o fechamento desta edição, os dois assaltantes não tiveram os nomes identificados pela polícia, que continua investigando o fato.

Logo que a notícia foi anunciada, alguns meios de comunicação chegaram a informar que mais um caso de fuga teria ocorrido na parte interna do Fórum Desembargador Sarney Costa, sendo que, após

a reportagem de *O Estado* buscar informações com assessoria da Corregedoria do fórum, ficou esclarecido que nada tinha ocorrido na área do Tribunal de Justiça.

Na oportunidade, a assessoria da Corregedoria informou que, desde o ano passado, existe uma determinação na Casa de que toda responsabilidade sobre a segurança dos presos de Justiça que vão ao local prestar depoimento nada tem a ver com a segurança do Fórum e sim com os órgãos do Executivo. No caso de menores infratores sob a responsabilidade Funac e de detentos maiores de idade, com a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

A assessoria da Corregedoria do Fórum esclarece que a responsabilidade do Poder Judiciário compete apenas em colher os depoimentos dos presos e que a segurança do local apenas dá o apoio logístico aos demais órgãos de segurança pública do Estado.

Criança cuja família solicitou assistência do governo morre em SP

Corpo de Enzo deve chegar na madrugada de hoje e será levado para Santa Helena

O bebê Enzo, de apenas um mês, acometido da Síndrome de Hipoplasia do Coração Esquerdo e cuja família acionou via Justiça o Governo do Maranhão para o seu tratamento, morreu na tarde de sábado no Hospital do Coração, em São Paulo. A informação foi confirmada na noite de ontem a **O Estado** por um amigo da família da criança.

Ainda segundo ele, o corpo de Enzo estava previsto para chegar em São Luís por volta das 4h de hoje procedente de São Paulo (SP) e seria levado para o município de Santa Helena, cidade de origem dos familiares da criança. De acordo com o advogado Rutterran Souza, que também está concedendo consultoria jurídica para a família de Enzo, em nenhum momento o Governo do Maranhão deu qualquer assistência aos parentes da criança. "A família estava em São Paulo desassistida, sem qualquer apoio do Estado", disse.

Segundo informações da família de Enzo e confirmadas por **O Estado**, após consulta ao site do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), no dia 24 de abril

deste ano, foi dado entrada em uma Ação Ordinária com Pedido de Tutela Antecipada (cujo processo tem o número 18.220/2015) ajuizada pela mãe da criança, identificada por Thaires Rodrigues Estrela, contra o Governo do Estado do Maranhão.

Sem condições - Na ocasião, a família alegou não dispor de condições financeiras e solicitou assistência ao Governo do Estado, via Justiça, dada a gravidade do caso para a internação de Enzo no Hospital da Beneficência Portuguesa, em São Paulo. No entanto, no dia 14 de maio, o governo negou o pedido e em seguida solicitou retificação da decisão. O pedido do Estado foi aceito no dia 15 do mês passado e avalizado pelo juiz titular da 4ª Vara da Fazenda Pública, Cícero Dias de Sousa Filho, que determinou a transferência da criança para o Hospital do Coração (HCor), em São Paulo.

Sob posse da liminar, a família de Enzo foi para São Paulo, no entanto, descobriu que no HCor (onde deu entrada no dia 19 do mês passado) a criança não iria dispor do transplante necessário no coração. Diante disso, a criança veio a óbito, pois, segundo a família, o Governo do Maranhão não viabilizou os documentos necessários para o procedimento.

SIMPLES, ASSIM...

... Ainda sobre a nova entrada para o acesso dos advogados no Fórum Desembargador Sarney Costa...

... Durante o encontro, foram debatidos os números do “Justiça Aberta”, um sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que permite, entre outras coisas, acesso a relatórios de produtividade das secretarias processuais...

... O assunto voltará a ser abordado em novo encontro entre a OAB/MA e a Corregedoria a fim de garantir

uma melhor prestação jurisdicional no estado...

... Na reunião desta segunda-feira participaram, além do presidente da OAB/MA, Mário Macieira, o diretor tesoureiro, Marco Lara, a conselheira federal pelo Maranhão, Valéria Lauande, o diretor do Fórum de São Luís, Osmar Gomes, o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Gervásio Protásio, juízes auxiliares da Corregedoria e o major Alexandre Magno de Souza...

... Por hoje é só... sem mais.

NOVA ENTRADA I

A chiadeira dos advogados deu certo, ou quase, ou está em vias de melhorar o que estava muito ruim.

Pois não é que representantes da OAB/MA voltaram a se reunir nesta segunda-feira, dia primeiro, com a Corregedora Geral de Justiça do Maranhão, desembargadora Nelma Sarney, para tratar do Protocolo de Segurança do CNJ implantado pelo Tribunal de Justiça do Estado?

Na ocasião, ficou assegurado à Seccional Maranhense uma entrada exclusiva para os advogados no Fórum da Capital como forma de agilizar o acesso dos profissionais da advocacia.

NOVA ENTRADA II

Hoje, terça-feira, representantes da Ordem estarão no Fórum para acompanhar a operacionalização da proposta.

O objetivo da entidade é garantir o acesso ao local de forma mais rápida e menos burocrática.

Paralelamente, ficou definido que será feito um estudo de viabilidade técnica para que a identificação do advogado se dê por meio da leitura do código de barras de sua carteira funcional.

NOVA ENTRADA III

A solução tecnológica para o uso do cartão foi objeto de discussão no encontro.

Esta é a segunda rodada de reuniões entre a OAB/MA e a Corregedoria Geral de Justiça.

A primeira aconteceu na última sexta-feira quando representantes da Seccional Maranhense discutiram a necessidade de uma solução para garantir o acesso ao Fórum de São Luís e de Imperatriz sem transtornos para os advogados.

CIDADE OLÍMPICA

Corregedoria da Justiça realiza audiência pública

As juízas Luzia Madeiro Neponucena (1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís) e Oriana Gomes (auxiliar da Corregedoria) ordenam mais uma etapa do projeto de regularização fundiária desenvolvido pela Corregedoria da Justiça do Maranhão e órgãos parceiros. Moradores da cidade Olímpica serão ouvidos nesta terça-feira (02), durante audiência pública realizada a partir das 10h, na Escola Ribamar Bogéa.

O objetivo da audiência pública é apresentar o modelo de regularização para moradores e

entidades comunitárias representativas da região, além de debater com eles os procedimentos necessários para realização da regularização dos terrenos. No trabalho realizado, os também atuam como parceiros, já que há necessidade do auxílio de pessoas da comunidade no mapeamento feito nos bairros.

De acordo com a juíza corregedora Oriana Gomes, o projeto atende ao interesse social. Assim, somente são alvo da regularização terrenos com até 250m² e moradias com até 70m² de área

construída, casos em que os cartórios de imóveis e registros públicos não poderão efetuar cobrança para emissão do registro.

Luzia Neponucena acrescentou que o alcance social da iniciativa tem como a Medida Provisória 22.020/2001. De acordo com a magistrada, além dos critérios relacionados ao tamanho do terreno e da casa, também deve ser observado o limite da renda da família, que deverá ser de até cinco salários mínimos. A magistrada informou que serão alvo do projeto áreas públicas e particulares

ocupadas há pelo menos cinco anos, atendendo às normas estabelecidas para cada caso.

O projeto de regularização fundiária é desenvolvido pela Corregedoria com a parceria do Governo do Estado, Prefeitura de São Luís, Secretaria de Patrimônio da União e 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, cartórios. De acordo com a juíza Luzia Neponucena, a Fiema deverá aderir ao projeto, que também conta com apoio de entidades religiosas e sociedade civil organizada.

TJMA é premiado pelo CNJ por superar a meta do processo judicial eletrônico

Pag. 04



TJMA é premiado pelo CNJ por superar a meta do processo judicial eletrônico

Mais de 28 mil processos já estão tramitando eletronicamente no Judiciário maranhense, gerando movimentações sem o uso de papel em 29 juizados especiais



Premiação: 1.283 microcomputadores, 1.283 no-breaks e 72 scanners

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a doação de 1.283 microcomputadores, a mesma quantidade de no-breaks e 72 scanners, como premiação pelo resultado alcançado com a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE), que superou a meta estabelecida para os tribunais estaduais.

As doações fazem parte do "Projeto de Modernização da Justiça", previstas no Art. 46 da Resolução 185/2013 do CNJ, que dispõe sobre a implantação do PJE. Os equipamentos doados

ao TJMA equivalem a um investimento de R\$ 3.160.458,00, segundo o Conselho.

A destinação foi definida pelo CNJ que, por meio de convênio firmado com o Tribunal, prevê e permite que sejam utilizados em iniciativas ou projetos catalogados pelo Conselho e alinhados às estratégias nacionais.

Mais de 28 mil processos já estão tramitando eletronicamente no Judiciário maranhense, gerando movimentações sem o uso de papel em 29 juizados especiais, oito turmas recursais e nas Câma-

ras Criminais Reunidas. Dentre os processos distribuídos, desde o início da implantação, em outubro de 2013, 8.929 foram julgados, decididos e sentenciados.

EXPANSÃO - A Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos estima que a expansão do PJE nas unidades jurisdicionais de 1º Grau, programadas para 2015, resulte no protocolo de 52 mil processos eletrônicos por ano. Já no âmbito do 2º Grau, a estimativa gira em torno de 11 mil novos casos - ações originárias e recursos - em suporte eletrônico.

De acordo com o juiz Roberto Abreu, que coordena os trabalhos de implantação, o sistema PJE deverá ser expandido pelo Tribunal para mais 50 unidades jurisdicionais de 1º Grau e outras 14 de 2º Grau, até o final de 2015. O programa de expansão beneficiará as comarcas da Ilha (termos de São Luís e São José de Ribamar), Timon e Imperatriz, incluindo todas as classes processuais, exceto as de natureza penal e infracional.

A instalação nas demais unidades deverá ser concluída até o final de 2017, conforme a Portaria nº 525/2014.

"Receber esses equipamentos é um incentivo para todos nós que trabalhamos pelo avanço da Justiça maranhense. Nos sentimos estimulados a continuar investindo nesse processo de modernização, que beneficia o Tribunal, os operadores do Direito e o público jurisdicionado", declara o diretor-geral do TJMA, Hebert Pinheiro Leite.

TREINAMENTO - Em reunião para avaliação dos trabalhos de implantação do PJE, o diretor de Informática e Automação do TJMA, Jorge Henrique de Oliveira, explicou que serão iniciadas novas turmas para treinamento sobre o uso do sistema eletrônico, destinadas a servidores da Defensoria Pública, Ministério Público e advogados. A primeira capacitação acontecerá na sede da OAB-MA, nos dias 8 e 9 deste mês.

- Reunião



Uma reunião realizada na manhã desta segunda-feira (1º), entre Corregedoria da Justiça do Maranhão, Diretoria do Fórum de São Luís, Associação dos Magistrados e Ordem dos Advogados do Brasil poderá resultar em alterações nos procedimentos de acesso adotados no Fórum de Justiça da capital. Atualmente, todo acesso é feito por meio de processo eletrônico, com base na política de segurança instituída pelo Tribunal de Justiça. Mesmo entendendo a necessidade da regulamentação e do controle no acesso, o advogado presidente da OAB, Mario Macieira, defendeu adequações no forma de acesso, considerando o grande fluxo de advogados e as audiências com hora marcada a serem realizadas. "Temos atualmente mais de dez mil advogados em atuação no Estado, a maior parte na capital. Queremos buscar uma solução viável e de forma conjunta, que facilite o acesso do advogado e não prejudique as partes assistidas", pontuou.

- Medidas alternativas

A corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, defendeu algumas medidas alternativas até que se busque uma solução definitiva. "De fato, o acesso ainda encontra alguns problemas, mas estamos buscando melhorar o atendimento para o público e os operadores do Direito, razão pela qual estamos aqui. Agora, lembro que todas as medidas de controle são em função da segurança dessas pessoas que transitam no fórum diariamente", afirmou. De acordo com a advogada conselheira federal da OAB, Valéria Lauande, ainda é grande o número de advogados que estão tendo dificuldade de acesso, pois "aqueles que não tem o crachá estão tendo que enfrentar a fila comum, ocasionando atrasos e outros problemas decorrentes para realização das audiências", informou.

MAIS VIDA NO TRÂNSITO

Flávio Dino lança programa para reduzir acidentes

'Mais Vida no Trânsito' lançado por governador possui três ações emergenciais, como entrega do manual técnico do trânsito às prefeituras, concurso 'Prefeito Defensor' e o projeto 'Moto Legal'

O governador Flávio Dino lançou na tarde de ontem (1º), no auditório do Palácio Henrique de La Rocque, o programa 'Mais Vida no Trânsito'. O programa, coordenado pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran-MA), consiste em um conjunto de estratégias desenvolvidas para reduzir o número de acidentes de trânsito em todo o Maranhão, com foco principal nas motocicletas, que correspondem hoje a quase 60% da frota de veículos do estado.

Inicialmente, o 'Mais Vida no Trânsito' possui três ações emergenciais: entrega do manual técnico de municipalização do trânsito às prefeituras, realização do concurso 'Prefeito Defensor da Vida no Trânsito' e o projeto de lei 'Moto Legal'.

De acordo com o Mapa da Violência 2014, o Maranhão foi o estado brasileiro com o maior crescimento do número de mortes no trânsito, com aumento de 150% em apenas uma década, passando de 682 mortes em

2002 para 1.705 em 2012. Atualmente, mais da metade dos leitos de UTIs hospitalares no estado (63%) são ocupados por vítimas de acidentes de trânsito, segundo dados da Secretaria de Estado de Saúde. Quase a metade (42%) dos casos de paralisias físicas ocorre em decorrência de acidentes de trânsito.

O governador Flávio Dino explicou que o programa 'Mais Vida no Trânsito' é um compromisso da gestão para diminuir o alto índice de acidentes, principalmente, envolvendo motociclistas. "O Maranhão ocupa hoje o primeiro lugar no Brasil em número de acidentes com motociclistas. Para retirar o estado desta posição, o governo abre mão de R\$ 15 milhões de arrecadação tributária para estimular a regularização das motos. Com isso, melhoramos a vida do condutor maranhense quando nos unimos em torno de uma causa, no caso o programa, e, assim, podemos chegar a resultados positivos com um trânsito seguro", afirmou.

O diretor-geral do Detran, Antonio Nunes, destacou que o programa além de reduzir o índice de acidente com motos, irá regularizar a situação dos inadimplentes com o IPVA. "O 'Mais Vida no Trânsito' incentiva o condutor a quitar novos e antigos débitos relacionados ao IPVA, e claro, reduzirá significativamente as estatísticas de acidentes com motociclistas".

Estiveram presentes no lançamento do programa os secretários Jefferson Portela (Segurança), Marcos Pacheco (Saúde), Marcellus Alves (Fazenda), Márcio Jerry (Articulação Política e Assuntos Federativos), Robson Paz (Comunicação), Marcelo Tavares (Casa Civil), Cynthia Mota (Planejamento) e Julião Amin (Trabalho e Economia Solidária), o presidente da Emap, Ted Lago, o procurador-geral do estado, Rodrigo Maia, sub-procu-

rador, Francisco Ramos, o deputado federal Weverton Rocha, Anildes Cruz, vice-presidente do Tribunal de Justiça; Humberto Coutinho, presidente da Assembleia, os deputados estaduais, Marco Aurélio e Fernando Furtado, ambos do PCdoB, e Rafael Leitoa (PDT), além de vários prefeitos maranhenses.

Manual de Integração

O programa 'Mais Vida no Trânsito' pretende reforçar a municipalização do trânsito nas cidades do interior. Na cerimônia de lançamento do programa, os prefeitos maranhenses receberam o "Manual de Integração dos Municípios ao Sistema Nacional de Trânsito", um guia técnico elaborado pelo Detran para orientar as prefeituras na aplicação da gestão do trânsito nos municípios. Atualmente, dos 217 municípios maranhenses, somente 52 tem a gestão do trânsito municipalizada.

"Prefeito Defensor"

O concurso é outra estratégia do programa que premiará em 2016 os três municípios que mais se destacarem na aplicação de políticas públicas para a melhoria do trânsito. Só vai poder participar do concurso a prefeitura que tiver o trânsito municipalizado.

"A municipalização do trânsito é uma ferramenta de extrema importância no combate aos acidentes. No interior do estado temos os piores índices de acidentes, e por trás da violência no trânsito, está o desrespeito às leis", acentuou o diretor-geral do Detran, Antônio Nunes.

O prefeito de São José de Ribamar e presidente da Federação dos Municípios Maranhenses (Famem), Gil Cutrim, parabenizou a iniciativa de municipalização do trânsito. "O programa com suas estratégias descentraliza as fiscalizações e aproxima a gestão municipal daquele que busca aprimorar a segurança do

seu município, além claro, de reduzir os índices de acidentes com foco no público mais vulnerável, os motociclistas", disse Gil Cutrim.

'Moto Legal'

Voltado para a segurança de motociclistas, o projeto incentiva à regularização de motos e motociclistas, visando também reduzir acidentes e crimes. Três medidas estão incluídas neste projeto: redução de 50% do IPVA para as novas motos; isenção do IPVA para as motos irregulares e que forem apresentadas até o dia 31 de dezembro no Detran; redução perene de 50% para motos avaliadas no valor venal de até 10 mil reais. A redução de 50% do IPVA para as novas motos só valerá para os motociclistas que possuir carteira de habilitação e utilizar o equipamento de segurança, capacete.



Governador Flávio Dino assinou o projeto de lei Moto Legal para regularização de motociclistas no estado



O Maranhão ocupa hoje o primeiro lugar no Brasil em número de acidentes com motociclistas. Para retirar o estado desta posição, o governo abre mão de R\$ 15 milhões de arrecadação tributária para estimular a regularização das motos. Com isso, melhoramos a vida do condutor maranhense quando nos unimos em torno de uma causa, no caso o programa, e, assim, podemos chegar a resultados positivos com um trânsito seguro

Flávio Dino, governador do Maranhão



A municipalização do trânsito é uma ferramenta de extrema importância no combate aos acidentes. No interior do estado temos os piores índices de acidentes, e, por trás da violência no trânsito, está o desrespeito às leis

Antônio Nunes,
diretor-geral do Detran

■ Feriadão. A partir de amanhã, já estará suspenso o expediente na Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão. A suspensão foi assinada pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney.

Campanha de doação de sangue em frente ao Fórum de São Luís

A Diretoria do Fórum Des. Sarney Costa realiza nesta quarta-feira (03) a campanha de doação de sangue "Você é a gota que falta". A iniciativa é uma parceria com a Divisão Psicossocial do Tribunal de Justiça e Hemomar que disponibilizará uma unidade móvel para coleta, em frente ao fórum, no Calhau. O objetivo é conseguir doadores entre os servidores, magistrados e demais operadores de Direito, além de pessoas da comunidade que estiverem no fórum no dia da campanha.

A coleta de sangue, realizada por profissionais do Hemomar, será das 9h às 17h. O chefe da Divisão Médica e Odontológica do Fórum, Marcondes Tavares Filho, explica que a unidade móvel possui capacidade para atender quatro pessoas simultaneamente. A coleta dura cerca de 15 minutos; é feita com material estéril e descartável, sem risco de contrair doença. Antes da coleta, o doador passa por avaliação clínica e entrevista de forma individual e sigilosa.

O diretor do fórum, juiz Osmar Gomes dos Santos, disse que a campanha integra o calendário de ações desenvolvidas pela diretoria do órgão ao longo do ano, a exemplo das campanhas periódicas de vacinação, palestras sobre medidas voltadas para a saúde do público interno e outras atividades. Em 2015 estão sendo realizadas também diversas atividades de integração, valorização do público interno e humanização do ambiente de trabalho.

Incentivo à doação – o projeto "Doar é Amar", desenvolvido pela Divisão Psicossocial do Tribunal de Justiça em articulação com a Diretoria do Fórum de São Luís, por meio da Divisão Médica e Odontológica, visa estimular a doação de sangue pelos magistrados e servidores do Poder Judiciário, contribu-

indo para a manutenção de estoque de sangue no Hemocentro do Maranhão. Atende também aos magistrados, servidores e seus dependentes, quando houver necessidade de transfusão de sangue. Todo o trabalho é realizado em parceria com o Hemomar.

Por que doar – o ato é voluntário e salva vidas. É um gesto de solidariedade e cidadania. A doação é segura e quem doa uma vez não é obrigado a fazê-lo sempre. No entanto, é muito importante que pessoas saudáveis doem sangue regularmente.

Em cada doação são realizados exames que incluem pesquisa para Hepatite B e C, Doença de Chagas, AIDS, Sífilis e HTLV I/II. Havendo qualquer alteração nos resultados, o doador será convocado para confirmação de exames. O sangue doado é separado em diferentes componentes (hemácias, plaquetas e plasma) e assim poderá beneficiar mais de um paciente com apenas uma unidade coletada.

Condições básicas para doar sangue:

- Apresentar documento com foto, válido em todo território nacional;
- Estar bem de saúde;
- Ter entre 16 e 69 anos de idade. Adolescentes só doam mediante consentimento formal do responsável legal;
- Pesar acima de 50 Kg;
- Não estar em jejum;
- Dormir bem nas últimas 24 horas;
- Não ingerir bebidas alcoólicas 12 horas antes da doação;
- Não ter se exposto a situação de risco que favoreça a contaminação por doenças transmissíveis pelo sangue.

• O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a doação de 1.283 micro-computadores, a mesma quantidade de no-breaks e 72 scanners, como premiação pelo resultado alcançado com a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE), que superou a meta estabelecida para os tribunais estaduais.

• As doações fazem parte do “Projeto de Modernização da Justiça”, previstas no Art. 46 da Resolução 185/2013 do CNJ, que dispõe sobre a implantação do PJE. Os equipamentos doados ao TJMA equivalem a um investimento de R\$ 3.160.458,00, segundo o Conselho. A destinação foi definida pelo CNJ que, por meio de convênio firmado com o Tribunal, prevê e permite que sejam utilizados em iniciativas ou projetos catalogados pelo Conselho e alinhados às estratégias nacionais.

Abuso de crianças e adolescentes é tema de palestra de juíza em Pinheiro

O abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes foi o tema da palestra ministrada pela juíza Tereza Cristina Franco Palhares, titular da 1ª Vara da Comarca de Pinheiro, na última quinta-feira, 28. A palestra integrou as comemorações do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, celebrado em 18 de maio.

Na ocasião, a magistrada falou a cerca de 200 estudantes do ensino fundamental das escolas Inah Rêgo, Odorico Mendes e IEP sobre o papel da família em situações de violência, a importância

das denúncias e o que faz o juiz no tocante aos casos de abuso e exploração sexual.

Na plateia, alunos na faixa etária de 14 a 16 anos ouviram a magistrada discorrer sobre o fortalecimento da rede de garantia dos direitos de crianças e adolescentes, bem como sobre a Sala de Depoimento Especial, onde são ouvidos crianças e jovens vítimas de abuso.

A realização do evento se deu por meio da parceria entre Poder Judiciário, Secretaria Municipal de Assistência Social e Promotoria de Justiça. *(Ascom TJMA)*

Ricardo Duailibe, desembargador, João Damasceno Figueiredo, médico ortopedista, e Amaro Álvares, executivo da Dalcar. Aniversariam sábado.

Judiciário treina mediadores que atuarão no centro de conciliação da Facam

Mais 30 conciliadores concluíram, na última sexta-feira (29), o curso de formação em conciliação, ofertado pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) em parceria com a Faculdade do Maranhão (Facam), em São Luís. O curso teve alto índice de procura, com 128 inscrições excedentes. O resultado motivou a Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento da Esmam a organizar novas turmas para a formação de conciliadores.

Ministrado pelos capacitado-

res Washington Souza Coelho e Maria Isaete dos Santos Barreto, o curso teve duração de 30 horas. Participaram 15 servidores do Poder Judiciário e 15 alunos do Curso de Direito da Facam. No encerramento, o desembargador José Luiz Almeida, presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupecon), destacou o alcance social das parcerias mantidas com as faculdades de Direito para ampliar o projeto dos centros de conciliação no Estado.

Doação

Um dia muito especial o de amanhã no Fórum do Calhau, cuja diretoria realiza a campanha de doação de sangue “Você é a gota que falta”, uma parceria com a Divisão Psicossocial do Tribunal de Justiça e Hemomar, que vai disponibilizar uma unidade móvel para a coleta a ser operacionalizada por profissionais das 9 da manhã às cinco da tarde.

Corregedoria suspende expediente nesta quarta

Nesta quarta-feira (3) estará suspenso o expediente na Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão. A suspensão é objeto da Portaria 2260/2015, assinada pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney. Segundo o documento, a medida se deve “à necessidade da realização de trabalhos de manutenção e impermeabilização da laje de cobertura” do prédio onde funciona a Corregedoria. A suspensão não alcança o Tribunal de Justiça e as comarcas da Ilha e do interior do Estado, valendo apenas para a Corregedoria.

Feriado – A suspensão do expediente antecede o feriado de Corpus Christi, comemorado na quinta-feira (4), quando o Poder Judiciário interrompe as atividades em todas as unidades. A interrupção contempla a sexta-feira (5) com o ponto facultativo instituído no calendário do Poder Judiciário. Durante o feriado ficam suspensas atividades como a Unidade Móvel de Trânsito e o atendimento do Telejudiciário e da Ouvidoria. No entanto, os casos de urgência serão encaminhados ao plantão forense. Na capital, o plantão criminal pode ser acionado pelo telefone (98) 98802-7484 e o cível atende no (98) 98811-2153.

Instituto Florence debate Redução da Maioridade Penal em Painel Jurídico

No ano em que o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) completa 25 anos, em meio à fragilidade do mesmo em se fazer cumprir enquanto norma jurídica, a sociedade brasileira manifesta o forte desejo pela redução da maioridade penal, tornando essa questão alvo de polêmicas em todos os segmentos sociais. E para acirrar ainda mais o debate, nessa segunda, o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Eduardo Cunha, manifestou a intenção de realizar em 2016 um referendo para consultar a população brasileira sobre o tema.

Assim, para esclarecer a questão tão presente nas conversas di-

árias dos brasileiros, o Curso de Direito do Instituto Florence de Ensino Superior promoveu mais uma edição do projeto de extensão Painel Jurídico, para discutir se a redução da maioridade penal representa avanço ou recuo para a sociedade, na perspectiva das instituições jurídicas e da sociedade civil, no auditório do Fórum Des. Sarney Costa, tendo como público de interesse os acadêmicos do curso e a própria sociedade.

A temática foi discutida sob diversos olhares, permitindo, assim, uma visão analítica sobre a questão com a participação do assessor do Supremo Tribunal de Justiça e docente da UniCeub,

professor mestre Marlon Eduardo Barreto; do juiz titular da 2ª Vara da Infância e Juventude, José dos Santos Costa; da promotora da Infância e Juventude, Fernanda Helena Ferreira; do defensor público do Estado do Maranhão, Murillo Guazzeli; e da presidente do Conselho Municipal da Criança, professora Maria Neuza Ribeiro. Os debates foram mediados pelo professor Miguel Pereira, docente do Florence e mestre em políticas públicas.

Para o assessor do STJ, Marlon Barreto, o Brasil está indo na contramão da discussão mundial sobre a maioridade penal. E acrescentou que "a simples redução da maioridade penal não resolve o problema da criminalidade no Brasil, principalmente, nas condições em que o sistema carcerário está organizado. Estamos querendo resolver a consequência e não o problema e, enquanto, raciocinarmos dessa forma, ao condenar os nossos jovens a reclusão, estamos negando seus direitos de ter um futuro concreto e estamos nos excluindo enquanto Estado responsável pela proteção da infância e juventude que, no final é papel de todos também".

DIVULGAÇÃO



Profissionais e estudantes de Direito lotaram auditório do Fórum durante o painel